

Três governadores vivem situação de pouca semelhança

Comparação entre Bahia, Paraíba e Santa Catarina mostra que dificuldades podem ser muito diferentes

KÁSSIA CALDEIRA

O governador da Bahia, Paulo Souto (PFL), administra um Estado que é a antítese da maioria das unidades da federação. Excluído da frente formada por governadores para pressionar por melhores condições para pagamento das dívidas, Souto diz que a reforma do Estado não é fácil, “mas tem de ser feita”. “Custa muito sacrifício e aqui essa reforma começou em 1991, mas é o que hoje nos permite fazer investimentos e estar dentro dos limites de uma administração moderna”, avalia.

No lado oposto, o dos Estados falidos, o governador da Paraíba, José Maranhão (PMDB), participa da frente dos governadores que exigem uma solução para a dívida. Maranhão afirma que não quer dinheiro ou nova linha de financiamento do governo federal. Segundo ele, o problema da Paraíba é a dívida contratual de cerca de R\$ 1,7 bilhão. “Proporcionalmente é a maior dívida dos Estados brasileiros”, lamenta. “É impagável.”

O governador de Santa Catarina, Paulo Afonso (PMDB), é um típico Estado no meio do caminho: não é o maior devedor, mas não possui plena capacidade de investimento por causa das dívidas. O Estado usa formas de ajuste fiscal e administrativo diferentes das adotadas no programa do governo federal. O caminho de Santa Catarina tem características diferentes do que tem pleiteado o governo federal e essas diferenças se agravaram depois da decisão de Paulo Afonso de integrar a frente de governadores, o que desagrada à equipe econômica.

Certamente, o governador Paulo Souto está na lista dos que receberão ajuda do governo federal para renegociar a dívida mobiliária, aliás, a única do Estado. “A dívida contratual é de cerca de R\$ 700 milhões e incomoda”, diz. “Mas renegociamos a dívida contratual, o banco estadual é superavitário, não pegamos dinheiro de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), a folha de pagamento do funcionalismo há muito está abaixo dos 60% da arrecadação, não criamos novos municípios, extinguímos órgãos, privatizamos empresas e aumentamos a arrecadação”, enumera Souto, sem conseguir de um fôlego só citar todos os itens da reforma do Estado.

Padrinho — O governador lembra que na administração anterior, do padrinho Antônio Carlos Magalhães, começou a modernização da máquina administrativa. “A Bahia tem um sistema de fiscalização e arrecadação modernos e, como aumentamos a arrecadação temos a preocupação de gastar bem o que auferimos”, afirma Souto. Mesmo assim, o baiano quer dinheiro para investimentos: “Tanto do governo federal como do setor privado.”

O equilíbrio fiscal permitiu à Bahia este ano, por exemplo, investimento de cerca de R\$ 620 milhões. “Desse total, R\$ 400 milhões são investimentos com receita própria e os outros R\$ 220 milhões com operações de financiamento de longo prazo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid) e

o Banco Mundial (Bird), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”, explica, orgulhoso.

“A dívida contratual é uma herança maldita”, não se cansa de repetir o governador José Maranhão, para afirmar que a dívida contratual de R\$ 1,7 bilhão é “fruto da irresponsabilidade dos ex-administradores estaduais e federal”. “A Paraíba está de cabeça erguida porque está com as demais contas em dia”, assegura o governador da Paraíba.

“Todas as estatais são superavitárias, a folha de pagamento está em dia e o número de servidores públicos não ultrapassa 60%, aumentamos a arrecadação do Estado, não precisamos do Proer do

governo federal, não precisamos de medida provisória para ajudar o banco do Estado da Paraíba (Parai-ban)”, protesta Maranhão. De acordo com o governador, o Estado tem equilíbrio financeiro, mas não pode investir porque compromete parte da arrecadação com pagamento dessa dívida.

Em 1995, a Paraíba devia R\$ 1,3 bilhão ao Tesouro Nacional e pagou R\$ 143 milhões ao longo do ano. “Só que a dívida ao invés de diminuir os R\$ 143 milhões, ela cresceu mais de R\$ 300 milhões e ficamos devendo R\$ 1,6 bilhão; tudo porque o que amortizamos é menos que o juro capitalizado”, reclama. “Com isto, de janeiro a junho de 1996, paguei R\$ 62 milhões e a dívida já pulou para R\$ 1,75 bilhão”, conta, para afirmar que assim não há como pagá-la.

Segundo Maranhão, se a União pôde renegociar a dívida externa brasileira tantas vezes quantas

houve necessidade, porque negar aos Estados a mesma possibilidade. Aliás, um discurso afinado pelo menos com o governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), que cita o mesmo exemplo. “Os governadores não estão fazendo pressão, apenas querem ser ouvidos”, afirma. “Queremos negociar com prazo maior e com período de carência porque estou pagando o governo federal, mas matando a galinha dos ovos de ouro que, no meu caso, é o Estado da Paraíba”, observa o paraibano.

Pagamento — Depois de passar dez dias no Japão em busca de investimento externo, Paulo Afonso desembarcou em Santa Catarina na sexta-feira, dia 25, certo de que as medidas de ajuste fiscal e administrativo que adotou no governo só não agradam à equipe econômica do governo federal. O Estado tem uma dívida contratual de R\$ 1,6 bilhão — a dívida mobiliária

está na casa dos R\$ 700 milhões — e repassa mensalmente à União pouco mais de R\$ 14 milhões como pagamento da dívida contratual.

O pouco de investimento que o Estado tem feito, segundo o governador, é conseguido com duríssimo controle para gastar o que se consegue com programas de parceria com a iniciativa privada e debêntures de estatais. Em Santa Catarina, a folha de pagamento e o custeio da máquina somam mais que a arrecadação. “Para não perder a capacidade de investimento, Santa Catarina tem procurado auxílio no programa de parcerias e com o lançamento de debêntures de estatais rentáveis”, diz Paulo Afonso. “Queremos melhorar a situação do Estado aumentando o prazo de pagamento da dívida contratual conforme prevê o documento dos governadores preparado por Cristóvam Buarque, do Distrito Federal.”

PAULO SOUTO QUER MAIS PARA INVESTIR